



EDF Oiti Transmissora S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras	1
Demonstrações Financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
EDF Oiti Transmissora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDF Oiti Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

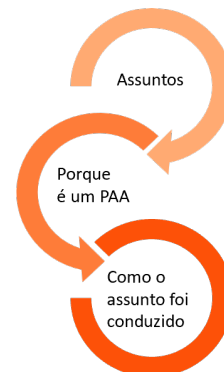
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



EDF Oiti Transmissora S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica e a correspondente receita de remuneração desse ativo (Notas 1.2, 5, 11 e 12)</p> <p>A Companhia realizou investimentos na construção da infraestrutura de transmissão de energia da Subestação Porto do Açú, seccionando Linha de Transmissão Campos – UTE GNAI, especificada no contrato de concessão 04/2023, resultando em um ativo de contrato no valor de R\$ 108.165 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse ativo refere-se ao direito da Companhia de receber contraprestações financeiras em decorrência dos investimentos realizados. A mensuração do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo por parte da diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica.</p> <p>Efetuamos a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e os prazos definidos.</p> <p>Efetuamos testes, em base amostral, dos custos incorridos para a formação do ativo de contrato, mediante inspeção de contratos, notas fiscais e outras documentos de suporte.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como a taxa de remuneração do ativo contratual, a razoabilidade da determinação da diretoria sobre o</p>



EDF Oiti Transmissora S.A.

das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia, e a respectiva receita de remuneração desse ativo.

progresso físico estimado das obras, bem como da estimativa dos custos a serem incorridos até a sua conclusão, comparando-os com aqueles efetivamente medidos e incorridos e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



EDF Oiti Transmissora S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



EDF Oiti Transmissora S.A.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Patricio M. Roche
Signed By: Patricio Marques Roche 99300560724
CPF: 99300560724
Signing Time: 31 March 2026 18:25 BRT
O: ICP-Brasil, CN: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SyngateID Multis
AA7856429720492...

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

EDF Oiti Transmissora S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.454	124.027
Tributos a recuperar		424	691
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	5	5.982	-
Adiantamentos diversos		25	4
Total do Ativo Circulante		87.884	124.722
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários		10	21
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	5	102.183	64.729
Depósitos judiciais e cauções		-	915
Total do Ativo Não Circulante		102.194	65.665
Total do Ativo		190.078	190.387
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	3.179	10.289
Impostos corrente a pagar		347	23
Obrigações trabalhistas e sociais		24	3
Debêntures	8	8.534	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	7.1	321	306
Total Passivo Circulante		12.405	10.621
Não Circulante			
Debêntures	8	137.754	129.489
Impostos Diferidos	7.1	7.621	4.356
Total Passivo Não Circulante		145.375	133.845
Capital social	9	40.000	40.000
Reserva de lucros	9	-	5.921
Prejuízos acumulados	9	(7.702)	-
Total Patrimônio Líquido		32.298	45.921
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		190.078	190.387

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	11	41.704	51.432
Custos dos bens construídos e serviços prestados	12	(45.866)	(40.132)
Resultado operacional bruto		(4.162)	11.300
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		(641)	(854)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.803)	10.446
Despesas financeiras	13	(16.816)	(8.655)
Receitas financeiras	13	14.398	10.282
Resultado financeiro líquido		(2.418)	1.627
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.221)	12.073
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(4.637)	(3.472)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.765)	(1.644)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(13.623)	6.957

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(13.623)	6.957
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(13.623)	6.957

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 janeiro 2024		40.000	-	-	(1.036)	38.964
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.957	6.957
Destinação do lucro líquido do exercício		-	296	5.625	(5.921)	-
Saldos em 31 dezembro 2024		40.000	296	5.625	-	45.921
Prejuízo do exercício	9	-	-	-	(13.623)	(13.623)
Absorção do prejuízo do exercício	9	-	(296)	(5.625)	5.921	-
Saldos em 31 dezembro 2025		40.000	-	-	(7.702)	32.298

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(7.221)	12.073
<i>Ajustes para:</i>		
Juros, variações monetárias sobre debêntures	16.515	8.414
Encargos sobre debêntures	284	183
Margem de construção	9.366	(10.603)
Remuneração dos ativos da concessão	(6.936)	(2.645)
PIS e COFINS diferido	1.732	1.948
Lucro ajustado	13.740	9.370
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Depósitos judiciais	915	(915)
Adiantamentos	(21)	38
Tributos a recuperar	253	(691)
Ativo de contrato	(45.866)	(40.132)
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.109)	10.078
Impostos corrente a pagar	324	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	21	-
Outros passivos	-	21
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(51.483)	(31.601)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.841)	(3.246)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(56.324)	(34.847)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	11	(21)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	11	(21)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de debêntures	-	128.000
Custo para aquisição de debêntures	-	(7.108)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	120.892
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(42.573)	95.394
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	124.027	28.633
No final do período	81.454	124.027
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(42.573)	95.394

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A EDF Oiti Transmissora S.A. (“Companhia”), é uma sociedade constituída como “Sociedade Anônima” de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Almirante Barroso, 81, Andar 19, centro, Rio de Janeiro -RJ.

A Companhia tem por objeto social explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia, prestado mediante a construção, montagem, operação e a manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A partir de dezembro de 2024, a Companhia passou por uma troca de controle indireta, decorrente da transferência das ações que eram detidas pela Usina Termoelétrica Norte Fluminense S.A. para a EDF Brasil Holding S.A., passando assim a ser controlada pela EDF Brasil Holding S.A. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex. Essa alteração, teve anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 31 de março de 2023, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 04/2023 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão estão localizadas no estado do Rio de Janeiro, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Será construída a Subestação Porto do Açú 345/138 kV - seccionando Linha de Transmissão 345 kV Campos - UTE GNAI, operação final de trecho de aproximadamente 50 km.

Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Início da operação prevista em contrato
04/2023 - ANEEL	30 anos	30/09/2026

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita anual permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, no valor histórico de R\$ 18.352. Tal receita anual permitida (RAP) é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos das cláusulas do contrato de concessão. A companhia tem a expectativa de entrada em operação em setembro de 2026. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 15 de julho de 2025, a Aneel, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481/2025, estabeleceu a RAP em R\$ 20.975 relativa ao Contrato de Concessão com previsão de entrada em operação em setembro de 2026.

A receita anual permitida (RAP) será faturada pela Companhia, em duodécimos, a cada mês civil, contra os usuários da rede básica, conforme regulamentação da ANEEL e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, bem como definições do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

A revisão tarifária está prevista para julho de 2028.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Diretoria considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas Demonstrações Financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Diretoria da Companhia examinou o conjunto das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 31 de março de 2026.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Diretoria faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 5 - Ativo de contrato: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 7 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido.
- Nota explicativa 7.1 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, constituição de passivo fiscal diferido de PIS e COFINS, além das despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Remuneração da diretoria

A diretoria da EDF Oiti informa que, no exercício de 2025, não houve remuneração paga aos administradores da Companhia, seja sob forma de salários, bônus, participação nos lucros ou qualquer outro tipo de compensação.

Essa decisão é compatível com a política de gestão adotada pela Companhia, considerando sua estrutura organizacional e o estágio atual de operação. Assim, não existem valores a serem divulgados referentes à remuneração dos administradores nas demonstrações financeiras.

3. Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais para a Companhia estão sendo aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

3.2. Ativo de contrato

O Ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.

O valor do Ativo de contrato é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita, que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto;

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

Receita de construção

A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade definida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos no resultado como ajustes de receita.

Receita de remuneração

Refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.

Receita de operação e manutenção

O seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do Ativo de contrato estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do art. 202, I da lei das S.A. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório em cada exercício.

A Companhia ao auferir lucro distribui juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, se aplicável, somente com a devida aprovação em Assembleia Geral.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5.1. Provisões para contingências

Uma provisão para contingência é reconhecida nos casos em que a probabilidade de perda é considerada provável, no caso de a provisão ter uma probabilidade de perda possível existe a divulgação em nota explicativa, para os casos de perda remota é dispensada a apresentação de nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais ou menores identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.8. Tributação

3.8.1. PIS e COFINS

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

A Companhia aderiu ao regime tributário lucro presumido a partir de janeiro de 2024, ajustando o seu saldo dos ativos da concessão para uma alíquota de 3,65%.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma"). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

v. as referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de medidas de desempenho definidas pela Diretoria dentro das demonstrações financeiras. A Diretoria está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela Diretoria;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A Companhia aplica as alterações se:

- i. sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- ii. estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco	60	-
Aplicação financeira	81.394	124.027
Total	81.454	124.027

- (i) O saldo refere-se a aplicações financeiras que teve no ano de 2025, remuneração média referenciado ao CDI de 100,0% (106,51% em 2024).

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Concessão de serviço público (ativo de contrato)

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Ativo de contrato em 31/12/2023	11.349
Receita de construção	50.075
Remuneração dos ativos de concessão	2.645
Ajuste no fluxo do ativo de contrato	660
Ativo de contrato em 31/12/2024	64.729
Receita de construção	33.264
Remuneração dos ativos de concessão	6.937
Ajuste no fluxo do ativo de contrato (i)	3.236
Ativo de contrato em 31/12/2025	108.165

6. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços (i)	3.179	10.006
Outros	-	116
Serviços de consultoria	-	126
Assessoria Jurídica	-	25
Fornecedores diversos	-	16
Total	3.179	10.289

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	43.436	53.380
Base presunção IRPJ 8%	3.475	4.270
Base presunção CSLL 12%	5.212	6.406
Receitas financeiras	14.398	10.282
Base de IRPJ	17.873	14.552
Despesa de IRPJ	(4.289)	(3.614)
Base de CSLL	19.610	16.688
Despesa de CSLL	(1.765)	(1.502)
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.054)	(5.116)
Adicional 10%	(347)	
Contribuição social corrente e diferido	(1.765)	(1.644)
Imposto de renda corrente e diferido	(4.637)	(3.472)

7.1. Imposto de renda e contribuição a pagar

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	306	80
Impostos calculados	4.871	3.472
Impostos deduzido	(15)	-
Impostos pagos	(4.841)	(3.246)
Saldo Final	321	306

A movimentação de impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato	108.165	64.729
Base diferida	108.165	64.729
PIS e COFINS (a)	4.095	2.362
IRPJ e CSLL (b)	3.526	1.994
Saldo Final	7.621	4.356

(a) Correspondem ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a amortização do ativo de contrato.. O diferimento do PIS e COFINS está descrito na

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nota 3.8.1. O valor de PIS/COFINS diferido está classificado na receita operacional líquida, conforme detalhado na nota 11.

- (b) O Imposto de renda e a Contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato e serão revertidos quando a Companhia reconhecer a RAP (receita anual permitida). A alíquota do IRPJ e CSLL está detalhada na nota 3.8.2.

8. Debêntures

Em 15 de abril de 2024, a companhia realizou a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com as seguintes características:

- Data da emissão: 15 de abril de 2024.
- Vencimento: 15 de maio de 2049.
- Valor total da emissão: R\$ 128.000 (cento e vinte e oito milhões)
- Amortização: As debentures serão amortizadas (juros + principal) em 46 parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 15 dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2026 e o último na data do vencimento.
- Forma de subscrição e integralização: à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, via CETIP.
- Remuneração: 100% da variação acumulada do índice nacional de preço ao consumidor amplo (IPCA), acrescido de juros remuneratórios de 6,8209% ao ano.
- Clausula de repactuação: Não há repactuação prevista na escritura.
- Amortização extraordinária: As debentures não estão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
- Resgate antecipado facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a parti de 15 de abril de 2028, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debentures, com o consequente cancelamento das debentures, nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN.

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	8.534	-
Não circulante	137.754	129.489
Total	146.288	129.489

- a. a. Emissão pública de debêntures simples, no valor total de R\$128.000. Recursos utilizados para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura da implantação de uma subestação e uma linha de transmissão.
- b. Em abril de 2024, a Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento de índice financeiro anual a partir do completion, previsto para 2026 quando tem data de entrada em operação e recebimento de RAP prevista, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Mudanças na Estrutura Societária: Qualquer alteração significativa na estrutura societária da Companhia, não prevista na escritura de emissão das debêntures, requer a anuência prévia dos debenturistas.
- (ii) Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio das debêntures devem ser aplicados conforme as finalidades especificadas na escritura de emissão. Qualquer desvio na destinação desses recursos deve ser comunicado aos debenturistas e, se necessário, divulgado como fato relevante.
- (iii) Distribuição de Dividendos: A distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório está condicionada ao cumprimento de índices financeiros específicos, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2.
- (iv) Endividamento Adicional: A contratação de novos empréstimos ou financiamentos que possam elevar o nível de endividamento além dos limites estabelecidos nos contratos vigentes necessita de aprovação prévia dos credores.

O não cumprimento de qualquer uma dessas cláusulas pode acarretar a exigibilidade antecipada das obrigações financeiras, conforme previsto na escritura.

Conforme definido pelo contrato firmado entre as partes as cláusulas restritivas relacionada a índice financeiro, só entrarão em vigor a partir de 2026 com a entrada de operação (completion) da Companhia.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2024	Aquisição de debenture	Custo para aquisição de debêntures	Juros e variações monetárias	Apropriação de encargos	31/12/2025
1ª Emissão de Debêntures	129.489	-	-	16.515	284	146.288
Total	129.489	-	-	16.515	284	146.288
Total circulante	-					8.534
Total não circulante	129.489					137.754

As debêntures, classificadas no passivo, tem seu vencimento assim programado:

Parcelas vencíveis por Emissor	2026	2027	2028	2029	2030	2031 até o final do contrato	Total
Debentures	8.818	14.732	15.444	16.358	16.944	80.634	152.929
(-) Custo amortizar	(284)	(284)	(284)	(284)	(284)	(5.221)	(6.641)
Total	8.534	14.448	15.160	16.074	16.660	75.413	146.288

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de 40.000 e está representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, detidas pela acionista EDF Brasil Holding, representado conforme abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
EDF Brasil Holding S.A.	40.000.000	40.000	100%	40.000.000	40.000	100%
	40.000.000	40.000	100%	40.000.000	40.000	100%

Em 26 de dezembro de 2022, a Companhia foi constituída tendo como capital social inicial de R\$10 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido o capital social integralmente subscrito e integralizado.

Em 27 de dezembro de 2025 ocorreu a transferência de ações, no qual a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. transferiu à EDF Brasil 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social e das ações emitidas pela Companhia, sendo estas ações da EDF Oiti. A transação foi realizada livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou constrições judiciais, exceto pela Alienação Fiduciária.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(13.623)	6.957
Absorção do prejuízo	-	(1.036)
Base reserva legal	(13.623)	5.921
Reserva legal (5%)	-	296
Saldo inicial	296	-
Calculado no ano	(296)	296
Total	-	296

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de lucro a realizar

Essa reserva tem por objetivo refletir a parte do lucro líquido do exercício que, embora reconhecida contabilmente, ainda não foi efetivamente realizada em termos de caixa ou equivalente.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	5.625	-
Prejuízo do exercício	(5.625)	5.625
Total	-	5.625

10. Depósito Judicial e Contingências

A Companhia não possui contingências passivas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Foram mantidos os depósitos em juízo no montante de R\$ 915 em 2024, referente aos processos de desapropriações para a aquisição de área destinada à instalação da Subestação 345/138 kV Porto do Açú e seus ramais de transmissão, localizada no município de São João da Barra/RJ.

No entanto, após avaliação, a Companhia decidiu desistir das ações judiciais, pois o local foi considerado inadequado para a instalação da subestação, em razão das características do terreno. A desistência foi formalizada nos processos judiciais mencionados.

Valor resgatado no dia 26 de junho de 2025 no valor atualizado de R\$ 999.

11. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de construção	33.264	50.075
Remuneração dos ativos da concessão	6.936	2.645
Ajuste do fluxo do ativo de contrato	3.236	660
(-) PIS e COFINS	(1.732)	(1.948)
Total	41.704	51.432

12. Custo de construção

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e equipamentos	(43.439)	(35.482)
Serviços de terceiros	(2.138)	(3.035)
Custos judiciais	-	(1.544)
Custo com pessoal	(289)	(26)
Outros	-	(45)
Total	(45.866)	(40.132)

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variações monetárias debêntures	(16.516)	(8.414)
Multas e acréscimos moratórios	(1)	(7)
IOF, Comissões e taxas	(299)	(234)
Despesas Financeiras	(16.816)	(8.655)
Receita com aplicações financeiras	14.263	10.280
Variações monetárias	-	2
Outras receitas financeiras	135	-
Receitas Financeiras	14.398	10.282
Resultado financeiro líquido	(2.418)	1.627

14. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2025 Saldo contábil	31/12/2025 Valor justo	31/12/2024
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	81.454	81.454	124.027
Passivos				
Fornecedores	2	3.179	3.179	10.289
Debêntures	2	146.288	146.288	129.489

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Os recursos obtidos destinam-se ao financiamento da implantação de uma subestação e linha de transmissão. As debêntures possuem amortização semestral e consecutiva em 46 parcelas, com a primeira parcela de pagamento em 16 de novembro de 2026, conforme N.E 8.

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Diretoria avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e são apresentados pelo seu valor justo com variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Diretoria da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

14.1. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

15. Seguros

	Modalidade	Período de vigência
Ezze Seguros (i)	Seguro Garantia	30 de março de 2023 até 29 de dezembro de 2026
Allianz Seguros (ii)	Responsabilidade Civil Administradores	31 de março de 2025 até 31 de março de 2027
Allianz Seguros (iii)	Responsabilidade Civil	30 de junho de 2025 até 30 de junho de 2026

- (i) Seguro garantia para fiel cumprimento, com apólice 1007507020185, emitido pela Ezze Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 17.902, e não há prêmio anual.
- (ii) Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com apólice 5177202553100000323, emitido pela Allianz Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 6.090 e um prêmio anual de R\$ 31.
- (iii) Seguro de responsabilidade geral com apólice 5177202553510000950, emitido pela Allianz Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 9.739.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Compromissos assumidos

Instalações de transmissão

Em atendimento ao contrato de concessão nº 04/2023-ANEEL, a Companhia celebrou em 30 de abril de 2024 um contrato para o fornecimento de equipamentos e supervisão de montagem com o fornecedor Siemens Energy Brasil Ltda e Siemens Infraestrutura do Brasil LTDA. O montante total contratado pela Companhia foi de R\$ 39.915, com o saldo a pagar no valor R\$ 1.791, com vencimento até 30 de dezembro de 2025. Com valor em aberto em 31 de dezembro de 2025 em R\$ 791.

E com o fornecedor Sendi Engenharia e Construções Ltda, para o fornecimento de construção e de montagem, conforme contrato celebrado em 16 de junho de 2025. O montante total contratado pela Companhia foi de R\$ 94.389, com o saldo a pagar no valor R\$ 68.363, com vencimento até 30 de dezembro de 2025. Com valor em aberto em 31 de dezembro de 2025 em R\$ 1.422.

E com o fornecedor Hitachi Energy do Brasil Ltda, para o fornecimento dos transformadores conforme contrato celebrado em 10 de agosto de 2023. O montante total contratado pela Companhia foi de R\$ 46.919, com o saldo a pagar no valor de R\$ 16.412, com vencimentos até 30 de setembro de 2026.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: D2537861-7C74-4D64-8446-C49CE4C9F7C4

Status: Completed

Subject: DF Oiti Transmissora S.A. 2025

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 35

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

31 March 2026 | 18:23

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2026 | 18:25

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Patrício Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Subject: CN=Patrício Marques Roche:99300540734

Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 18:24

Viewed: 31 March 2026 | 18:24

Signed: 31 March 2026 | 18:25

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 201.56.5.228

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 31 March 2026 18:25 Viewed: 31 March 2026 18:25 Signed: 31 March 2026 18:25
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 18:24
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 18:24
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 18:25
Completed	Security Checked	31 March 2026 18:25

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------